

Rodrigo Duque Estrada Roig

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Processo Penal (investigação e prova) pela Universidad de Castilla-La Mancha (Toledo, Espanha). Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes. Doutor em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutorado em Direito Penitenciário junto à Università di Bologna (Itália). Professor do Curso de Pós-graduação em Ciências Criminais e Segurança Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ex-membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

Aplicação da pena

limites, princípios e novos parâmetros

2ª edição
Revista e ampliada

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/cantato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência executiva Rágéria Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Comarça Rodrigues

Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Maria de Lourdes Appas

Projeto gráfico Jessica Siqueira

Arte e diagramação Aldo Moutinho de Azevedo

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Paula Brito Aroújo

Rita de Cassia S. Pereira

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tiago Dela Rosa

Capa Guilherme P. Pinto

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-61617-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Roig, Rodrigo Duque Estrada

Aplicação da pena : limites, princípios e novos
parâmetros / Rodrigo Duque Estrada Roig. — 2. ed. rev. e
ampl. — São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

14-08921

CDU-343 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal

343 (81)

Data de fechamento da edição: 1º-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecida na Lei n. 9.610/98 e
punida pelo artigo 184 do Código Penal.

134.351.002.001

967319

SUMÁRIO

Prefácio	9
Introdução.....	13
1. Considerações iniciais: bases para um novo discurso da aplicação da pena	17
2. Critérios e atuais orientações da aplicação das penas privativas de liberdade no Brasil	27
3. Limites à aplicação das penas privativas de liberdade. Uma nova proposta discursiva	49
3.1. Uma nova proposta discursiva: a real importância dos princípios constitucionais penais e o dever jurídico-constitucional de minimização da afetação do indivíduo	49
3.2. Princípios limitadores da interpretação da lei penal quanto à aplicação da pena.....	57
3.2.1. Princípio da Humanidade.....	60
3.2.2. Princípio da Legalidade.....	71
3.2.3. Princípio da Fundamentação da Pena	77
3.2.4. Princípio da Lesividade	86

3.2.5. Princípio da Intervenção Mínima	89
3.2.6. Princípio da Culpabilidade.....	93
3.2.7. Princípio da Transcendência Mínima	97
3.2.8. Princípio da Proporcionalidade	99
3.2.9. Princípio da Individualização da Pena	107
3.2.10. Princípio da Presunção de Inocência	112
4. Novos parâmetros para a fixação da pena-base	115
4.1. Incompatibilidade constitucional das finalidades de “reprovação e prevenção do crime”, traçadas pelo art. 59 do Código Penal.....	117
4.2. Sentido e conformação constitucional das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal	134
4.2.1. Culpabilidade do agente	136
4.2.2. Antecedentes do agente.....	143
4.2.3. Conduta social do agente	153
4.2.4. Personalidade do agente	158
4.2.5. Motivos do crime	167
4.2.6. Circunstâncias do crime.....	174
4.2.7. Consequências do crime	177
4.2.8. Comportamento da vítima	183
5. Os grandes vetores da aplicação da pena privativa de liberdade: “tendência exasperadora” e “tendência mitigadora”	189
5.1. Tendência exasperadora da pena (agravantes, qualificadoras e causas de aumento).....	190
5.2. Tendência mitigadora da pena (atenuantes e causas de diminuição)	205

6. A crise do dogma da pena mínima e a necessidade de construção de um novo modelo interpretativo de aplicação da pena privativa de liberdade	261
Conclusão	281
Referências	289